

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NA MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, DE EVANILDO BECHARA: COMPARANDO AS ABORDAGENS DAS 1ª e 37ª EDIÇÕES

PRONOMINAL PLACEMENT IN MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA,
BY EVANILDO BECHARA: COMPARING THE APPROACHES OF THE 1st
AND 37th EDITIONS

Emily Gonçalves de Medeirosⁱ

Francisco Eduardo Vieiraⁱⁱ

RESUMO: Este artigo tem como objetivos comparar as abordagens do fenômeno sintático “colocação pronominal” em duas edições da *Moderna Gramática Portuguesa* (1961, 1999), de Evanildo Bechara (1928-), e refletir sobre as motivações e implicações de tais abordagens. A pesquisa está inserida no campo da Historiografia da Linguística, nos termos de Swiggers (2009, 2010, 2012, 2013) e Altman (1998, 2009, 2012). Como resultados, destacamos que, apesar das descontinuidades anunciadas no nível retórico, a obra de Bechara, no tratamento da colocação pronominal, permanece em continuidade com a gramática normativa tradicional, mantendo o viés prescritivo instaurado no fazer gramatical brasileiro desde o fim dos oitocentos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística. Gramática Tradicional. Sintaxe. Colocação pronominal.

ABSTRACT: The main objectives of this article is to compare the approaches of the syntactic phenomenon “pronominal placement” in two editions of *Moderna Gramática Portuguesa* (1961, 1999), by Evanildo Bechara (1928-), and to understand the motivations and implications of such approaches. The research is based on the grounds of Linguistic Historiography, according to Swiggers (2009, 2010, 2012, 2013) and Altman (1998, 2009, 2012). As results, we emphasize that, despite the discontinuities announced at the rhetorical level, Bechara’s grammar on the approach of pronominal placement remains in continuity with traditional normative grammar, maintaining the prescriptive tendency established in the Brazilian grammatical practice since the end of the 19th century.

KEYWORDS: Linguistic Historiography. Traditional Grammar. Syntax. Pronominal placement.

Submetido em: 31 jul. 2019
Aprovado em: 26 ago. 2019

ⁱ Mestranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: emy.medeiros@outlook.com

ⁱⁱ Professor do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: feduardovieira@gmail.com



1 Situando a investigação no projeto de pesquisa HSB

O presente estudo faz parte do conjunto das atividades do grupo de pesquisa *HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas*¹. De modo específico, está vinculado ao projeto de pesquisa *HSB – Historiografia da Sintaxe no Brasil: teoria, norma e ensino*, em execução no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Os objetivos principais do projeto de pesquisa *HSB* são: i) analisar processos de surgimento, desenvolvimento, recepção, contraposição, apagamento e continuidade de teorias, saberes e ideias sobre sintaxe na história da gramática e da linguística no Brasil, do século XIX ao XXI; ii) compreender a trajetória das ideias e das políticas sobre a questão da norma linguística brasileira, elaboradas por diferentes agentes, do século XIX aos dias de hoje; e iii) examinar de que maneira gramáticas, livros didáticos, documentos governamentais, currículos, planos de curso, materiais didáticos de formação continuada, entre outros textos pretéritos e contemporâneos elaborados no Brasil a partir do século XIX, impactaram e vêm impactando o desenvolvimento de nossas representações linguísticas e práticas pedagógicas envolvendo saberes sintáticos.

As pesquisas encabeçadas por esse projeto inserem-se no domínio da Historiografia da Linguística, mas se abrem ao diálogo com questões da Linguística Aplicada voltadas ao ensino de gramática na contemporaneidade. Os estudos em andamento têm procurado construir narrativas descritivas, interpretativas e explicativas sobre como o conhecimento sintático foi e vem sendo adquirido, formulado, difundido, transformado, preservado, didatizado ou esquecido no contexto intelectual brasileiro. Em conjunto, voltam-se à reconstrução do “ideário sintático”, em termos *teóricos*, *normativos* e *didáticos*, buscando, num primeiro momento, o reconhecimento crítico de como viemos trabalhando até agora com o nível sintático de análise da língua, tanto em termos investigativos quanto pedagógicos; e, a longo prazo, a construção de novas configurações teóricas à ciência linguística e ao ensino de gramática no Brasil.

¹ Espelho do Grupo de Pesquisa HGEL no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes/CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6433198070413694>



2 O problema da colocação pronominal

No decorrer dos séculos XIX e XX, as transformações sociais no Brasil foram tão intensas quanto as mudanças registradas na história interna do português. Nesse âmbito, o problema da colocação pronominal é considerado por vários linguistas como uma das mudanças advindas no sistema gramatical do português, a exemplo de Duarte (1989), Roberts e Kato (1993), Pagotto (1993), Martins (1994), Schei (2003), Namiuti (2008), Othero e Cardozo (2017), entre outros. Em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, Castilho (2010) retoma alguns desses trabalhos para apresentar a historicidade da colocação pronominal do português brasileiro e do europeu. Sistemáticamente, expõe, entre outros, os resultados levantados por Salvi (1990) e Pagotto (1993), os quais demonstram que, no contexto europeu, a preferência pela ênclise ganhou espaço apenas em meados do século XVIII, intensificando-se ao longo do século XIX, no caminho oposto ao predomínio da próclise no Brasil, especialmente no século XX.

Tendo em vista o contexto sociopolítico que instituiu o Brasil como uma extensão de Portugal por aproximadamente 300 anos (desde a expansão marítima portuguesa e a invasão e ocupação do território brasileiro pelo império português no início do século XVI até as primeiras décadas do século XIX, marcada pelo processo de Independência do Brasil), a variedade brasileira do português, quando registrada na literatura gramatical portuguesa, era considerada de pouca importância descritiva. Especificidades da “fala brasileira” só passaram a ter notoriedade nas gramáticas quando estas também vieram a ser elaboradas por autores brasileiros, principalmente no final do século XIX.

Conforme aponta Gurgel (2008), o estudo da colocação pronominal teve grande importância, no final do século XIX e início do século XX, no debate ocorrido no Brasil acerca da especificidade da língua nacional. Os estudos da Filologia evidenciaram as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal, e o primeiro passou a produzir e utilizar instrumentos de gramatização² próprios,

² A gramatização corresponde ao “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

particularmente a partir das últimas décadas do século XIX, ainda que pautados no arcabouço da gramática tradicional consoante padrões lusitanos. Entretanto, apesar das regras normativas em favor da ênclise, estudos atuais apontam que, em termos de regra geral de colocação pronominal, a próclise é a marca da fala brasileira em oposição à ênclise dos falantes nascidos além-mar.

Contribuem com a legitimação desse “novo” fato sintático gramáticas que se concentram na modalidade falada do português brasileiro e que estão livres das amarras prescritivas da gramática normativa tradicional, como Castilho (2010), Bagno (2012) e Perini (2016). Essas gramáticas, que apresentam o epíteto “português brasileiro” nos respectivos títulos, descrevem a próclise como a regra geral dos falantes brasileiros do português.

Essa ampliação, ou mesmo mudança de perspectiva, veio e vem gerando diversos posicionamentos na gramaticografia recente, envolvendo gramáticas do português escrito, cujo conjunto inclui, entre títulos como Moura Neves (2000, 2018), Azeredo (2008, 2018), Haury (2014) e Vitral (2017), a 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), obra sobre a qual nos debruçamos neste artigo.

3 Objetos e objetivo de pesquisa

Por mais de meio século, a *Moderna Gramática Portuguesa* (doravante *MGP*), do gramático e filólogo brasileiro Evanildo Bechara (1928-), vem contribuindo para suprir as necessidades normativas e metalinguísticas dos mais diferentes tipos de consulente. Desde a sua 1ª edição, em 1961, à 38ª edição mais recente, publicada em 2015³, a obra gradativamente consolidou-se enquanto obra gramatical de referência no Brasil.

Conforme Orlandi (2002), Cavaliere (2008), Costa (2017), entre outros, a *MGP* tem por base a *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), cuja primeira edição é de 1907. Frente à *Nomenclatura Gramatical*

³ A edição de 1999, já no século XXI, mudou de editora (da Lucerna para a Nova Fronteira) e foi reimpressa diversas vezes. Segue sendo considerada a última versão da obra (Cf. MULINACCI, 2016, p. 113), visto que a 38ª edição, lançada em 2015, somente adequa o conteúdo da obra ao *Novo Acordo Ortográfico* implementado por decreto presidencial em 2009 (Cf. COSTA, 2017, p. 154).

Brasileira (NGB), sugerida pelo então Ministério da Educação e Cultura em 1959, Bechara fora o responsável por reformular o texto de Pereira, desencadeando o surgimento de uma nova gramática, a *MGP*.

Embora a exposição tradicional de Pereira (1907) e de outros gramáticos da primeira metade do século XX estivesse lá – “Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que a Moderna Gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo⁴ clássico” (BECHARA, 1961, p. 21) –, Bechara adicionou à *MGP* elementos dos estudos modernos da linguagem, primeiramente na edição de 1961 e posteriormente na 37ª edição, a de 1999, “revista, ampliada e atualizada” em decorrência tanto do amadurecimento teórico desse gramático recifense radicado no Rio de Janeiro quanto das críticas e sugestões recebidas, como esclarece o próprio autor no prefácio dessa edição:

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões geralmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. (BECHARA, 1999, p. 19).

A edição de 1999, então, emerge de um lugar de conflito entre a “velha” tradição gramatical e as “novas” perspectivas linguísticas. Por outro lado, os estudos linguísticos incorporados não tiram da *MGP* sua natureza pedagógica, cabendo-lhe ensinar a língua exemplar e lidar com os padrões normativos de correção a partir da “autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (BECHARA, 1999, p. 52).

Sendo assim, considerando que a 1ª e a 37ª edições da *MGP*, de 1961 e 1999, respectivamente, foram lançadas em meio a “climas de opinião”⁵ significativos na trajetória da gramatização brasileira do português, e que a “colocação pronominal” se insere no rol de discussões sobre problemas gramaticais brasileiros desde o século XIX, os objetivos desta investigação consistiram em, a partir da comparação das abordagens desse fenômeno

⁴ Nas citações das fontes, optou-se por manter a ortografia original de cada edição (1961 e 1999).

⁵ O conceito de “clima de opinião” [*climate of opinion*] (BECKER, 1932) aqui utilizado deriva das concepções adotadas em Koerner (1989, 1996) e remete ao cenário cultural e epistemológico geral do período em que as ideias linguísticas são geradas, circuladas, propagadas ou esquecidas.

sintático nas duas edições citadas, verificar os movimentos de continuidade e descontinuidade no trato do tema com as diretrizes gerais da tradição gramatical normativa ou, nos termos de Vieira (2018), do “paradigma tradicional de gramatização”⁶ (PTG); e refletir sobre as motivações e implicações de tais abordagens em uma das mais representativas obras da gramatização brasileira do português da segunda metade do século XX.

De acordo com Vieira (2018, p. 10-11), gramáticas sob o crivo do PTG: i) buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas; ii) veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio; iii) confundem *gramática*, *norma* e *língua*, entendendo-as como um objeto autônomo, homogêneo e estático, independente de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento; iv) privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua; v) tomam a oração como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido; vi) utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições. O estudo aqui apresentado também investigou em que medida as duas edições da *MGP* (1961 e 1999) se afastam ou se aproximam desses traços, considerando-se o recorte sintático da análise, isto é, a colocação pronominal.

4 Bases teórico-metodológicas

Fundamentamo-nos na área de investigação denominada de Historiografia da Linguística, nos termos de Swiggers (2009, 2010, 2012, 2013), Altman (1998, 2009, 2012), entre outros.

Consoante Altman (2012), defendemos ser redutora uma pesquisa historiográfica que considera as fontes investigadas apenas em si mesmas, como se surgidas e desenvolvidas em um “nada” intelectual, social e político. Assim, obra e autor foram contemplados num quadro mais amplo, em que consideramos uma espessura temporal que antecede e sucede a atmosfera

⁶ Paradigma ramificado da filosofia grega clássica, que se tornou o mentor epistemológico do que tradicionalmente se entende por gramática nas sociedades ocidentais de cultura escrita, desde os alexandrinos do século III a.C. aos gramáticos brasileiros do século XX (VIEIRA, 2018).

intelectual da época, a que Auroux (1992) denomina, respectivamente, “horizonte de retrospeção” e “horizonte de projeção”.

Ressalte-se que, apesar de nossa análise, em certa medida, priorizar a “dimensão interna” (teórica, conceitual, terminológica, analítica, pedagógica) do desenvolvimento do conhecimento sobre colocação pronominal na *MGP*, também consideramos a “dimensão externa” (sociocultural, intelectual, ideológica) que envolve os fatos. Ou seja, conteúdo (regras de colocação pronominal apresentadas, natureza dos dados, caráter científico/pedagógico da abordagem) e contexto (climas de opinião, horizontes de retrospeção, percursos biográficos pessoais e profissionais, redes intelectuais, inserções em grupos de especialidade) foram tratados como dimensões correlativas no trabalho historiográfico (SWIGGERS, 2012) e relacionados na descrição e interpretação das fontes.

A pesquisa foi desenvolvida em três fases de organização, nos termos de Swiggers (2012, 2013): i) a “fase heurística”, que consistiu no levantamento, leitura, catalogação e sistematização em fontes historiográficas que privilegiaram a metarreflexão sobre o conhecimento sintático acerca da colocação pronominal nas duas edições da *MGP* especificadas; ii) a “fase hermenêutica”, que consistiu na análise crítica e interpretação dos dados levantados e sistematizados; e iii) a “fase executiva”, que consistiu na demonstração dos resultados de investigação propriamente dita, a partir de reconstruções que relacionam os fatores considerados aos acontecimentos históricos e ao tratamento da língua.

Um último ponto que precisa ser comentado é a noção de “retórica”, tomada aqui nos moldes de Murray (1994) e Altman (1998), ou seja, como estratégias de enunciação utilizadas pelo pesquisador para situar seu trabalho em relação ao trabalho dos seus predecessores e/ou contemporâneos. Em graus variáveis, há dois tipos diferentes de retórica: a revolucionária e a de continuidade. Em síntese, a retórica revolucionária, em oposição à retórica de continuidade, consiste nas reivindicações dos membros de um grupo de especialidade por maiores descontinuidades. Esse processo é dinâmico e não determinativo, isto é, a presença de um tipo de retórica discursiva não necessariamente suprime o outro tipo, nem mesmo define a natureza da

descrição linguística, que muitas vezes caminha em direção contrária ao discurso engendrado.

Esses fundamentos epistemológicos sustentarão a apresentação das análises a seguir.

5 Demonstração dos resultados da pesquisa

A concretização da terceira fase do estudo se subdivide em duas seções: uma compreendendo as dimensões externas, e outra, as dimensões internas, imanentes às fontes.

5.1 Dimensões externas: a *MGP* e seus contextos

Apesar de já estabelecida no imaginário mundial do século XXI, a ideia de *nação* é ainda muito recente na história. De acordo com Fiorin (2008), a identidade nacional é uma criação moderna, de alcance mundial, cujo desenvolvimento teve início no século XVIII, alcançando sua plenitude apenas no século seguinte.

No processo de constituição de uma nação, diversas políticas em que a língua tem um papel fundamental são estabelecidas, e o recorte linguístico serve como ferramenta às funções práticas e sociais do cotidiano de sua população. Além disso, estabelecem-se, a partir do simbólico, relações identitárias entre os indivíduos, concedendo-lhes identificação e sentimento de pertença ao mesmo povo, enraizando sua cultura e valores e, assim, delimitando as fronteiras da nação. Nesse sentido, a criação de uma língua nacional está relacionada a alguns fatores, dentre os quais destacamos a escolha de um dialeto como padrão (seja sua motivação econômica e social, seja pela majoritariedade dos usos) e a construção de uma normatização gramatical. (FIORIN, 2008).

Surge daí a necessidade de gramatização da língua nacional. A partir da elaboração de instrumentos de gramatização, gradativamente se estabelecem no imaginário dos sujeitos normas e referências àquilo que constitui a unidade linguística de sua nação. Nesse sentido, “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala

natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor.” (AUROUX, 1992, p. 69).

No Brasil, as primeiras discussões sobre a gramatização do português estão diretamente ligadas à identidade nacional do brasileiro. Remontam ao final do século XIX, época em que os espíritos abolicionista e republicano se destacam e a existência do Estado se fortalece. Entretanto, à época, as gramáticas brasileiras que abordavam o português falado no Brasil em geral avaliavam negativamente seus traços sintáticos. (VIEIRA, 2018).

Já na primeira metade do século XX, a disciplina “língua portuguesa” havia se instaurado no sistema educacional brasileiro, estando configurada na tríade *gramática*, *retórica* e *poética*, com certa individualidade entre as partes (SOARES, 2004). À época, houve um acentuado aumento na produção de gramáticas escolares brasileiras, desenvolvidas em tom didático-pedagógico. Contudo, apesar da retórica geral que apontava para o reconhecimento e legitimação da língua nacional, toda a construção do saber sobre o português do Brasil nesses instrumentos aconteceu numa relação de comparação entre a língua daqui e o português de Portugal, sempre posicionando as regularidades linguísticas brasileiras (a norma brasileira) em submissão à norma lusitana, “considerada no Brasil como aquela que devia ser seguida pelos brasileiros” (BASTOS, 2012, p. 242).

Desse modo, os saberes sintáticos e sua disciplinarização escolar seguiram circunscritos nas balizas teóricas e normativas da gramática tradicional no decorrer da primeira metade do século XX. Somente nos anos 1960, com a entrada da Linguística nos cursos de graduação em Letras e a abertura dos primeiros cursos de pós-graduação em Linguística, as críticas à gramática tradicional e ao seu ensino eclodiram em nosso meio acadêmico. A ruptura, a princípio restrita ao nível retórico, ganharia contornos mais concretos desde então.

Ainda por essa década e na década de 1980, começaram a tomar corpo na Linguística brasileira diferentes teorias textuais e discursivas, promovendo o que Gueiros (2019) denomina de “tradição sociodiscursiva nos contextos de pesquisa e reflexão sobre o ensino-aprendizagem de línguas”. A ideia de que o estudo da forma resultaria no bom uso da língua, comum à epistemologia da

gramática tradicional, passava a ser suplantada pelo ponto de vista de que o uso da língua deveria ser anterior ao estudo da forma. A Linguística, assim, distendeu seus próprios horizontes no Brasil e complexificou seu território, propondo formulações teóricas elaboradas no diálogo com outras disciplinas e com fatores extralinguísticos.

Nesse âmbito, foram tantos os estudos linguísticos e os textos de caráter de divulgação científica publicados, sobretudo a partir da década de 1980, apontando contradições e insuficiências conceituais e metodológicas da gramática greco-latina, que, hoje em dia, a crítica à tradição gramatical chega a ser consenso entre linguistas das mais distintas áreas e entre professores de português formados em diferentes universidades.

Também há de se considerar que, por essa época, as teorias linguísticas de caráter sociodiscursivo já haviam revelado aspectos da linguagem e das línguas (incluindo aí a língua portuguesa) até então desconhecidos, negados ou marginalmente abordados pela gramática tradicional e mesmo pela Linguística de viés formalista. O deslocamento provocado pelas abordagens “hifenizadas” dos estudos linguísticos (sociolinguística, linguística de texto, análise do discurso, psicolinguística etc.) tentou abranger o fenômeno “linguagem” para além dos aspectos verbais.

Em suma, há algumas posições compartilhadas pelos diferentes agentes dessa nova tradição, dentre as quais podem ser destacadas: i) a necessidade de revisão crítica dos princípios de análise e da norma-padrão da gramática tradicional, ou mesmo da elaboração de gramáticas sob novas configurações epistemológicas; ii) a importância do respeito às variedades linguísticas em geral e a consideração da variedade linguística do estudante no trato pedagógico; iii) e a mudança na unidade máxima de ensino de língua, que sai do nível oracional sintático e migra para o domínio do texto, do gênero, do discurso.

Os impactos desse redirecionamento epistemológico seriam sentidos, de diferentes maneiras, no cotidiano pedagógico do professor de português no Brasil. Por sua vez, os instrumentos de gramatização elaborados a partir de então não poderiam permanecer incólumes às discussões suscitadas e às novas demandas no estudo da língua. Os autores de gramáticas em atuação no período, como Evanildo Bechara, foram, de certo modo, compelidos a incorporar



os saberes da (macro)linguística em seus tratados predominantemente prescritivistas. Vejamos algumas questões a respeito.

Como já dito, a primeira edição da *MGP* (doravante *MGP-61*) veio a lume em 1961, dois anos depois da publicação da *NGB*, que passara a ser considerada basilar no ensino-aprendizagem da língua portuguesa no contexto escolar e na elaboração de exames das mais diversas naturezas. Assim, ao embasar-se na *NGB*, conforme pode ser observado logo em suas primeiras páginas, a *MGP-61* situa-se em relação às demandas sociais de sua época.

No prefácio, nos deparamos com o objetivo declarado da obra:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro em nosso país. *Não se rompe de vez com uma tradição secular*: isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. *A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina*. Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma *um tratamento nôvo* para muitos assuntos importantes que *não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava*. (BECHARA, 1961, p. 21, grifos nossos).

Os trechos em destaque evidenciam que o autor apresenta uma retórica de continuidade e, simultaneamente, de ruptura em relação aos estudos gramaticais produzidos até então, situação conflituosa característica desse momento. O “tratamento nôvo” parte do que fora postulado pela tradição, e não em rompimento ou contraponto a ela. O sintagma “modernos estudos da linguagem”, explicitamente marcado no prefácio à obra e de acordo com o clima de opinião da época, corresponde a saberes advindos da “linguística americana” e aos estudos filológicos realizados no Brasil e em outros países desde o final do século XIX (COSTA, 2017). Nessa conjuntura, a *MGP-61* teve uma recepção amplamente favorável por parte dos professores e alunos.

A gramática de Bechara é dedicada à memória de Manuel Said Ali Ida (1861-1953), chamado *mestre e amigo*, que fortemente influenciou a trajetória profissional e as publicações do autor – o que se sustenta na edição de 1999. No decorrer da obra, as ideias de Said Ali são retomadas e, ainda no prefácio, o autor afirma:



A *orientação científica* por que se norteia esta nossa *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina. Devemos-lhes o que de melhor os leitores encontrarem neste livro, e a eles, em cada citação, prestamos sincera homenagem. Elegemos, entre eles, um dos mais ilustres para dedicar-lhe o nosso trabalho de hoje: *aquêle que para nós nos é tão caro pelo muito que contribuiu para nossa formação lingüística: M. Said Ali.* (BECHARA, 1961, p. 22, grifos nossos).

Essa “orientação científica” da gramática seria, então, advinda das considerações de estudiosos da língua no período de gramatização brasileira, dito “científico”, mais especificamente a partir de Júlio Ribeiro (1881), com especial destaque a Said Ali. Paralelamente, ao descrever o objeto de estudo da “Gramática”, a *MGP-61* destaca: “Cabe [...] registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se *pode falar e escrever bem* uma língua” (BECHARA, 1961, p. 25, grifos do autor).

Assim, a obra é organizada em conformidade às necessidades intelectuais de sua época, em que se prezava por investidas e procedimentos científicos, ao mesmo tempo em que se reporta à estética do bem falar e escrever, colocando-se, curiosamente, num paralelo entre *ciência* e *arte*. Estas e outras questões corroboram para a legitimação da *MGP-61* enquanto obra de referência.

Após trinta e seis edições da obra, Evanildo Bechara publica, em 1999, a 37ª edição da *MGP* (doravante *MGP-99*), em que se encontram diferenças gerais significativas em relação à primeira. Na seção 3 deste artigo, já foi mostrada a indicação do autor de que todas as seções da *MGP-61* foram revistas, revisadas e atualizadas, sendo as reformulações decorrentes tanto de seu amadurecimento como estudioso da linguagem no nível teórico quanto das críticas recebidas e da leitura demorada dos melhores escritores de língua portuguesa, em sua visão. Ainda no prefácio, acrescenta Bechara que

[d]ificilmente haverá seção da Moderna Gramática Portuguesa que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, entre os quais cabe menção honrosa a Mário Barreto e Epifânio Dias. (BECHARA, 1999, p. 19, grifo nosso).

De fato, essa edição foi elaborada em um período dos estudos linguísticos no Brasil em que tanto a Linguística quanto a *NGB* estavam instituídas e instauradas no imaginário acadêmico universitário e, com mais timidez, escolar, tendo, portanto, a oportunidade de ser ressignificada por seu autor mediante as discussões que circundaram os estudos de língua e linguagem e o fazer gramatical brasileiro na segunda metade do século XX – oportunidade que não foi alcançada por outras gramáticas e autores do mesmo século.

Segundo Costa (2017, p. 167), assim como ocorre na edição de 1961, a *MGP-99* passa por “um atravessamento entre saberes filiados ao lugar do gramático (‘orientação normativa’) e ao do linguista (‘plano teórico da descrição’), lugares estes que [...] nas condições de produção em que foi (re)formulada a 37^a edição ganham novos contornos”. A dita cientificidade no tratamento da língua é, novamente, utilizada como justificativa a esse atravessamento, e este “é corroborado pela citação, não só no prefácio, mas também na dedicatória, de determinados nomes de autores” (COSTA, 2017, p. 167). De fato, além da memória a Said Ali, *mestre e amigo*, a dedicatória da 37^a edição traz como referência os linguistas Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr., *também mestres e amigos*, em cujas lições diz Bechara ter colhido “o que de melhor existe nessa nova edição” (BECHARA, 1999, p. 5).

À semelhança da primeira edição, este novo livro destina-se aos “colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa” (BECHARA, 1999, p. 19), mas tem caráter mais denso, além de maior dimensão: a *Introdução*, que na edição de 1961 contava com apenas quatro páginas, agora se apresenta em 33, onde o autor aborda diversas questões imanentes ou não à língua portuguesa. Quanto à abordagem gramatical, o autor posiciona a *MGP-99* num eixo científico de descrição sincrônica, ao mesmo tempo em que se afirma detentor de uma “visão sadia da gramática normativa” (BECHARA, 1999, p. 20). Não podemos separar a função pedagógica e a científica, em se tratando desta edição, mesmo havendo distinção entre os lugares do gramático e do linguista.

Apesar do objetivo de se aliar uma descrição sincrônica a uma nova perspectiva sobre a gramática normativa, uma análise minuciosa desse instrumento gramatical, de acordo com Palma e Mendes (2008), evidencia a

ocorrência de usos não correntes no atual português brasileiro, mas sim provenientes do português lusitano e/ou do século XIX. Conforme as autoras apontam,

[c]ontinua [...] na nova edição a escolha de autores muito distantes no tempo, com usos de linguagem desconhecidos dos usuários atuais do português, logo sem sincronização com eles, fato que, de certa forma, contradiz o pensamento de Coseriu. [...] Também são esquecidas outras manifestações cultas da língua como, por exemplo, aquela usada pela mídia impressa, que pode expressar, de forma mais clara, a sincronização dos usuários com a língua, embora não seja a manifestação verbal tradicionalmente endossada pela gramática normativa. (PALMA; MENDES, 2008, p. 164-165).

Ora, se a língua sobre a qual o autor se diz debruçar corresponde “à língua em um dado momento do seu percurso histórico, ‘sincronizada’ sempre com seus falantes, e considerada no seu funcionamento no falar como descrição sistemática e estrutural de um só sistema linguístico” (BECHARA, 1999, p. 40), ressoa o seguinte questionamento, também levantado por Palma e Mendes (2008): qual é a função de serem adotadas normas linguísticas do português padrão do século XIX em uma gramática de natureza sincrônica lançada na virada do século XX para o século XXI?

Na seção a seguir, analisamos a dimensão interna das duas obras, buscando semelhanças e diferenças entre si e relacionando-as às reflexões contextuais aqui apresentadas.

5.2 Dimensões internas: a colocação pronominal nas 1ª e 37ª edições da *MGP*

Ao compararmos a subseção que se dedica à colocação pronominal nas duas edições da *MGP* (1961, 1999), o primeiro fato que nos chama a atenção é que, apesar das relevantes alterações estruturais, teóricas e analíticas ocorridas no decorrer de quase quatro décadas de estudo, pouco foi remodelado entre os textos de uma e de outra edição no que diz respeito a esse tema sintático.

Desconsiderando-se as alterações ortográficas, precisamente apenas oito trechos da 37ª edição foram modificados: três acréscimos de comentários, duas reformulações, duas subtrações de conteúdo proscritivo e uma substituição do termo “vocábulos” por “palavras”. Em síntese, a grande maioria das ideias



permanece a mesma: os comentários, as prescrições (o que *deve* ser feito), as proscricções (o que *não deve* ser feito), os exemplos, o ideário normativo da colocação pronominal na língua portuguesa. Sendo assim, considerando que os dados das edições de 1961 foram reproduzidos na edição de 1999, optamos, em geral, por transcrever os excertos e dados conforme esta última, por se adequar à ortografia contemporânea e, conseqüentemente, facilitar a compreensão das disposições do autor. A exceção a isto se dá em excertos nos quais diferenças entre uma e outra abordagem sejam encontradas, quando tais casos serão explicitados.

Em ambas as edições analisadas, o fenômeno sintático em pauta é denominado *colocação dos pronomes pessoais átonos*, e o autor afirma que esses pronomes podem assumir, em relação ao vocábulo tônico, posicionamento posterior, anterior ou interposto, respectivamente classificados como *ênclise*, *próclise* e *mesóclise*. Essas categorias linguístico-gramaticais, em geral, retomam a *NBG* como referencial terminológico, indicando a naturalização da nomenclatura oficial quarenta anos após sua publicação (1959-1999).

A primeira parte da subseção que trata da colocação pronominal é intitulada, nas duas edições, *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o é questão de fonética sintática*. Em ambas, o autor inicia com uma breve retomada do tema, que durante muito tempo, segundo ele, fora considerado apenas a partir de seu aspecto sintático. Apesar de o título e a conclusão serem os mesmos em uma e noutra edição, uma diferença pode ser percebida no tratamento dado à questão: na primeira edição, o autor indica que o aspecto *fonético* (BECHARA, 1999, p. 587) deve ser entendido como basilar à compreensão e abordagem da colocação pronominal; na segunda, por sua vez, o aspecto é *fonético-sintático* (BECHARA, 1961, p. 398). Assim, na primeira edição vemos o aspecto fonético em destaque, em detrimento do sintático, apesar de o próprio título dessa primeira parte retratar uma articulação entre fonética e sintaxe como regente do fenômeno da colocação. Apenas na 37ª edição essa articulação fica explicitada no corpo do parágrafo.

Essa estreita relação da colocação pronominal com o aspecto fonético que o autor destaca como substancial em ambas as edições nos permite compreender a razão de referir-se à colocação dos *pronomes átonos* em relação



ao *vocábulo tônico* – e não ao *verbo*, como comumente é proposto em gramáticas tradicionais e como, de fato, ao longo da subseção, o autor acaba por apresentar.

Ao referenciar os estudos feitos pelos “notáveis pesquisadores”, estudiosos da língua, dentre os quais o autor considera digno de destaque M. Said Ali, a retórica utilizada por Bechara (1961 e 1999) para informar que a questão da colocação pronominal ultrapassa o aspecto sintático confere ao saber introduzido um caráter não apenas de novidade nos estudos da língua, mas de descoberta que viria a modificar toda a abordagem da colocação pronominal:

Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam *em especial atenção ao falar lusitano* (BECHARA, 1999, p. 587, grifo nosso).

Este trecho inicial corrobora, então, com a ideia de que a *MGP* (1961, 1999) é um instrumento linguístico de caráter *científico* e sincrônico, e ratifica sua autoridade, uma vez que a norma apresentada na gramática partiria dos estudos linguísticos modernos e das concepções de diversos estudiosos da língua. Além disso, implicitamente remete à especificidade do português brasileiro, tendo em vista que o autor aponta uma inadequação das regras anteriormente dispostas por se aplicarem “em especial atenção ao falar lusitano”.

Relacionada a isso, outra questão que destacamos é a *urgência* que o autor afirma haver, nas duas edições analisadas, em desfazer a ideia de inferioridade da norma brasileira em relação à norma lusitana, respaldando essa posição pelo que propôs Said Ali. Vejamos:

É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam, porque:
“a *pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses*” [SA.2, 279] (BECHARA, 1999, p. 587, grifos do autor).

Todavia, apesar desse discurso de teor emancipatório que confere, tanto à *MGP-61* como à *MGP-99*, um caráter de ruptura em relação ao tradicionalmente posto, a obra pouco se modifica, realmente, na abordagem da

colocação pronominal. Na apresentação das regularidades de colocação, de um modo geral nos deparamos explicitamente com o caráter purista da *MGP* (1961 e 1999), que apresenta uma série de regras específicas e exceções a partir do cânone literário luso-brasileiro, além de comentários tecidos pelo autor em função da normatização da língua de acordo com as mesmas convenções de colocação pronominal que habitavam, em geral, as gramáticas tradicionais desde o século XIX. Retomaremos tais questões mais adiante.

A segunda parte da subseção sobre colocação dos pronomes átonos é intitulada, nas duas edições da *MGP* (1961, 1999), *Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o*, em que o fenômeno é abordado a partir de dois tópicos: *Em relação a um só verbo*; e *Em relação a uma locução verbal*.

Ao longo do capítulo, em ambas as edições, o autor se refere às regras de colocação dispostas no primeiro tópico como *princípios*, ainda que isso não seja explicitado no início da seção. Por exemplo: “Se os princípios já expostos não forem contrariados [...]” (BECHARA, 1999, p. 589); “Não contrariando os princípios iniciais [...]” (BECHARA, 1999, p. 590). Trata-se de princípios do *bem falar e do bem escrever*, poderíamos dizer, pois fica implícita a abordagem tradicional normativa quando é apontado o que não se deve fazer (proscrições) e, em seguida, apresentado o que deve ser feito (prescrições). Mesmo as particularidades da sintaxe brasileira de colocação pronominal, quando consideradas, são postas em subserviência à “Gramática”, com G maiúsculo, entidade autônoma aos sujeitos e aos usos linguísticos efetivos.

Quase todas as informações dispostas na *MGP-61*, em termos de abordagem normativa, são reproduzidas na *MGP-99*. Assim, sistematizamos os critérios para colocação dos pronomes átonos e do demonstrativo o em dois quadros, que abarcam, respectivamente, as regras específicas (Quadro 1) e as exceções (Quadro 2). Ambos contam com uma sobreposição das informações dispostas nas duas edições. Optamos, também, por mantê-los segundo a ortografia da edição de 1999, destacando no Quadro 1 a modificação realizada na *MGP-99* (trecho acrescentado em fundo escuro). Analisemos cada quadro em particular.



Quadro 1 – Sistematização e sobreposição das regras específicas de colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o na *MGP-61* e na *MGP-99*

REGRA ESPECÍFICA		Exemplo(s) representativo(s)	Tratamento normativo	Colocação indicada
1. Não se inicia <i>período</i> com pronome átono.		“Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” (Machado de Assis)	Proscrição	Ênclise
2. Não se coloca ênclise em:	a. Verbo flexionado em oração subordinada.	“Se a visse, iria logo pedi-la ao pai” (Machado de Assis)	Proscrição	Próclise
	b. Verbo modificado diretamente por advérbio (sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula).	“Sempre <i>me</i> recebiam bem” (Evanildo Bechara) ⁷	Proscrição	Próclise
	c. Verbo precedido de palavra de sentido negativo.	“Não <i>me</i> parece; acho os versos perfeitos” (Machado de Assis)	Proscrição	Próclise
	d. Verbo no futuro do presente ou do pretérito.	“Os infiéis... <i>contentar-se-ão</i> , talvez, com as riquezas...” (Alexandre Herkulano)	Proscrição	Mesóclise ou próclise ⁸
	e. Verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa.	“Quantos <i>lhes</i> dá?” (Machado de Assis)	Proscrição	Próclise
3. Em relação a verbos modificados por advérbio com pausa, a colocação do pronome átono pode ser em próclise ou ênclise.		“Ele esteve alguns instantes de pé, a olhar para mim; depois estendeu- <i>me</i> a mão com um gesto comovido” (Machado de Assis)	Prescrição (duas opções)	Próclise ou ênclise
4. Não se coloca mesóclise em relação a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa.		“Quantos <i>lhes</i> dá?” (Machado de Assis)	Proscrição	Próclise
5. Em relação a Verbo Auxiliar + Infinitivo, Gerúndio	a. Próclise ou ênclise (ligada por hífen) ao verbo auxiliar.	“Eu <i>lhe</i> quero falar”; “Eu quero- <i>lhe</i> falar” (Evanildo Bechara)	Prescrição (duas opções)	Próclise e ênclise
	b. Ênclise (ligada por hífen) ao verbo no Infinitivo ou no Gerúndio.	“Eu quero falar- <i>lhe</i> ”; “Eu estou falando- <i>lhe</i> (mais raro)” (Evanildo Bechara)	Prescrição	Ênclise

⁷ Os exemplos referidos a Evanildo Bechara, ao longo do Quadro 1, do Quadro 2 e da Tabela 1, dizem respeito a frases curtas elaboradas pelo autor para exemplificar as regras de colocação apresentadas. Os demais exemplos correspondem a excertos selecionados por Bechara em obras literárias dos respectivos escritores, cujas referências podem ser encontradas na *MGP* (1961, 1999).

⁸ Em sequência a essa exposição, é explicitada a seguinte regra: “Se não forem contrariados os princípios anteriores, ou se coloca o pronome átono *proclítico* ou *mesoclítico* ao verbo” (BECHARA, 1999, p. 589, grifos nossos), em que figuram os mesmos exemplos da regra anterior, agora em caráter prescritivo. Tendo em vista a redundância dessa regra, que se origina a partir da proscrição anteriormente disposta, optamos por manter no Quadro 1 apenas a primeira regra explicitada pelo autor (2d), seguindo o critério de disposição das regras na própria gramática.

ou <i>Particípio</i> :	c. Jamais se coloca ênclise ao particípio.	"Eu tenho <i>lhe</i> falado" (Evanildo Bechara)	Proscrição	Próclise
	d. Especificidade Brasileira: próclise (sem o uso de hífen) ao Infinitivo, Gerúndio ou Particípio.	"Eu quero <i>lhe</i> falar"; "Eu estou <i>lhe</i> falando" (Evanildo Bechara)	Prescrição	Próclise
6. Posições fixas:	a. Próclise ao gerúndio precedido da preposição <i>em</i> .	"Ninguém, desde que entrou, <i>em</i> <i>lhe</i> chegando o turno, se conseguirá evadir à saída" (Rui Barbosa)	Prescrição	Próclise
	b. Próclise às orações exclamativas e optativas, com o verbo no subjuntivo e o sujeito anteposto ao verbo.	"Bons ventos <i>o</i> levem!" (Evanildo Bechara)	Prescrição	Próclise

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Analisando o Quadro 1, fica clara a continuidade estabelecida na edição de 1999 em relação à de 1961. Salvo os ajustes ortográficos necessários à adequação ao acordo vigente, a edição mais recente da obra modifica apenas uma informação (regra 5b), sendo as demais mantidas aos moldes da 1ª edição.

A preocupação da *MGP* em normatizar as regras de colocação pronominal na língua portuguesa de acordo com os princípios do *bem falar* e do *bem escrever* pode ser evidenciada, por exemplo, pelo fato de 8 dos 14 apontamentos serem regidos pelo tratamento normativo da proscrição, ou seja, pelo que *não deve ser* feito: informa-se sob quais condições *não se pode* dispor a colocação dos pronomes, e em seguida apresentam-se exemplos de como se deve proceder. Os outros 6 registros, em contrapartida, indicam regras de tratamento prescritivo, naturalmente da colocação adequada a cada contexto, acompanhados por sua demonstração em exemplos.

À exceção de contextos que iniciam períodos (regra 1) e da ênclise (ligada por hífen) ao verbo no Infinitivo ou no Gerúndio (regra 5b), a anteposição do pronome oblíquo átono é apresentada como colocação adequada à norma da língua portuguesa. Em termos numéricos, contabilizam-se 12 casos de próclise, 4 de ênclise e 1 de mesóclise. Além disso, o único caso em que se mencionam especificidades brasileiras também prevê a próclise. Pensamos que estes dados poderiam ser utilizados pelo autor como argumento para dispor da próclise como regra geral de colocação pronominal, que não precisa ser aprendida artificialmente. A partir dessa possível regra geral, a ênclise e a mesóclise

poderiam ser abordadas em caráter de especificidades, como possibilidades de uso em contextos particulares. No entanto, a abordagem desse fenômeno sintático é disposta na obra majoritariamente em função de proscições e prescrições múltiplas e redundantes. Ainda que a obra, e destacamos particularmente a edição de 1999, carregue o propósito de normatizar a língua em um recorte *sincrônico*, o autor não apresenta argumentos que favoreçam o recorte proposto na *MGP*, e não faz menção à predominância da próclise ou a qualquer outra regra geral de colocação que possa ser tomada como ponto de partida em sua abordagem.

Também nesse domínio, um comentário deve ser feito sobre o exemplário utilizado, por ambas as edições em análise, no trato da colocação pronominal. Vejamos a Tabela 1:

Tabela 1 – Autores do exemplário de colocação pronominal na *MGP* (1961, 1999)

Autores	Quantidade de exemplos	%
Evanildo Bechara (1928-)	21	53,85
Machado de Assis (1839-1908)	10	25,65
Alexandre Herculano (1810-1877)	3	7,70
Alberto de Oliveira (1857-1937)	1	2,56
Eça de Queirós (1845-1900)	1	2,56
Júlio Ribeiro (1845-1890)	1	2,56
Marquês de Maricá (1773-1848)	1	2,56
Rui Barbosa (1849-1923)	1	2,56
TOTAL	39	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os leitores não encontrarão, em nenhuma das edições da *MGP*, a abordagem da colocação pronominal baseada em pesquisas realizadas pelo autor ou por outros estudiosos sobre a língua escrita ou falada contemporânea. A existência de autores que se debruçam sobre a questão da colocação pronominal, a exemplo de Said Ali e Martinz de Aguiar, é referenciada, mas não são referenciadas pesquisas sobre a língua em uso na contemporaneidade. Além disso, as regras de colocação são abonadas a partir de exemplos extraídos da literatura luso-brasileira oitocentista ou, sobretudo, da criatividade do autor da gramática

Observamos, a partir dos dados na Tabela 1, que o exemplário é constituído, em sua maioria, por frases curtas do crivo do próprio autor (53,85%),

cuja formação linguística se desenvolveu a partir da tradição gramatical e, portanto, está sujeito a estabelecer-se em continuidade a esse prisma. Os demais exemplos, excertos utilizados por Bechara na exemplificação do “ideal” de língua, provêm de literatos do século XIX, principalmente Machado de Assis e Alexandre Herculano, que juntos perfazem 33,35% dos exemplos. Se diferem dessa regularidade, em alguma medida, Rui Barbosa e Alberto de Oliveira, que adentram a primeira metade do século XX; no entanto, a cada autor corresponde apenas um exemplo, assim como ocorre com Júlio Ribeiro, Eça de Queirós e o Marquês de Maricá, com os quais atinge-se a minoria de 12,8% dos exemplos.

No que se refere à *MGP-61*, o fato de tais autores serem tomados como exemplo do ideal de língua faz jus à atmosfera intelectual normativo-filológica instaurada na primeira metade do século XX. À época, apesar de a mudança linguística ser fato incontestado, ela era vista, em geral, como uma espécie de degradação da língua. Porém, em relação à *MGP-99*, a repetição desses exemplos confere à obra caráter contraditório à própria proposta da edição, que se intenta sincrônica em relação à língua portuguesa contemporânea. Apesar da possível leitura dos exemplos formulados pelo autor como representativos da língua sincrônica, à semelhança dos excertos de literatos e das regras dispostas, estes figuram meramente em repetição ao que foi posto na edição de 1961. Reafirmamos: não há, na 37ª edição, reflexões ou dados sobre os fatores que favoreçam ou expliquem a normatização da colocação pronominal conforme se dispõe na obra, ou a reformulação de regras e exemplos de modo a fazer jus a essa língua contemporânea.

Frisamos, portanto, que a “consciente atualização e enriquecimento” (BECHARA, 1999, p. 19) por que passa a *MGP-99*, no que diz respeito ao conjunto de regras de colocação pronominal apresentado, apenas reorganiza informações que já constavam desde sua primeira edição. O único acréscimo realizado nas regras específicas da colocação pronominal (cf. Quadro 1, regra 5b) é, na verdade, um reajuste na disposição da mesma prescrição (cf. Quadro 1, regra 5a) em relação à edição de 1961. Não bastasse isso, é uma regra que pouco se aplica à realidade do português brasileiro contemporâneo, mesmo escrito – “Eu quero falar-*lhe*”; “Eu estou falando-*lhe* (mais raro)” –, o que justifica a orientação explícita à particularidade brasileira. Assim, podemos concluir que

o tratamento ao fenômeno sintático em nada se modifica, em termos teóricos ou analíticos, nesse tópico do “novo livro”.

A propósito da questão brasileira considerada na *MGP*, a particularidade do português brasileiro é apresentada no uso da próclise, sem o uso de hífen, em relação ao verbo principal das locuções verbais (“Eu quero *lhe* falar”, “Eu estou *lhe* falando”). É curioso o fato de que a norma brasileira é posta como observação, enquanto uma forma considerada rara pelo próprio autor (“Eu estou falando-*lhe*”) é posta como regra. Este é um fator importante de ser observado, tendo em vista que a gramática, enquanto norma, estabelece o padrão ideal da língua e orienta pedagogicamente os leitores – professores, alunos, estudiosos – ao conhecimento dessa “língua geral” padronizada: a norma apresentada por Bechara, da primeira à mais recente edição, tem o português brasileiro como *uma* especificidade, variedade digna de nota, e não base para a normatização da língua nacional.

De onde, afinal, partem as concepções e propostas do professor Bechara no tratamento da colocação pronominal? Ora, da tradição gramatical normativa ancorada nas gramáticas do português do século XIX. De fato, na edição de 1961 o autor afirma que traz uma disposição da matéria conforme o modelo clássico; e menciona na edição de 1999 que houve revisão no plano teórico, mas nada fala em relação ao *corpus* objeto de estudo. Logo, não surpreende a ausência de referência ao português brasileiro, ainda que retoricamente haja uma tentativa de aproximação da norma sincrônica. Aliás, ao mencionar as particularidades gramaticais brasileiras, com ou sem explicitude, Bechara apresenta, em contraste, a opinião da “Gramática” ou dos “gramáticos”, genericamente não nomeados, o que induz o consulente ao descarte do específico brasileiro:

Quando se trata de orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes ocorre a ênclise do pronome átono na segunda oração subordinada. Também quando na subordinada se intercalam palavras ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, o pronome pode vir enclítico [...]. *Em todos estes e outros casos que se poderiam lembrar, a ação dos gramáticos se tem dirigido para a obediência ao critério exposto, considerando esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele se afastam.* (BECHARA, 1999, p. 588-589, grifos nossos).

Destacamos ainda que a abordagem da colocação pronominal na *MGP* (1961, 1999) também congrega evidências relacionadas aos dois tipos de retórica identificados na obra em geral, um em reforço às ideias advindas da doutrina gramatical tradicional e outro em distanciamento dela. No primeiro caso, evidenciado a partir do excerto acima, que se encontra também na edição de 1961 (p. 400), são tecidas críticas à não permissão das regularidades gramaticais dispostas. E apesar da não explicitação de um julgamento próprio, entendemos que Bechara se coloca, a partir do silêncio, de acordo com o posicionamento tradicional. Dada sua omissão, pode-se tomar por palavra final “a ação dos gramáticos”, que considera “esporádicos e não dignos de imitação” os exemplos que se distanciem de um ideal linguístico efetivamente não realizado.

Em um segundo caso, registro de uma retórica de descontinuidade, podemos observar a seguinte afirmação de Bechara: “*A Gramática clássica, com certo exagero*, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição [...]” (BECHARA, 1999, p. 590, grifo nosso). A mesma afirmação pode ser encontrada na *MGP-61* (p. 401). O fato de, explicitamente, o autor marcar como “exagero” esse posicionamento da “Gramática clássica” em relação à ocorrência da próclise sem hífen entre brasileiros demonstra uma tentativa de distanciamento em relação à tradição e, ainda, evidencia o olhar sobre alguns dos aspectos da realidade linguística brasileira contemporânea. De certa maneira, esse juízo de valor acaba por autorizar os leitores a compreenderem que nem tudo o que a “Gramática” prescreve é “justo”. Apesar disso, a entidade abstrata “Gramática clássica” é que parece ter a derradeira palavra, dado que tais informações são postas em caráter de observação, na periferia do conjunto das regras.

Com relação às exceções, observemos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Sistematização das regras excepcionais (exceções) de colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o na MGP-61 e na MGP-99

REGRA EXCEPCIONAL			Exemplo(s) representativo(s)	Tratamento normativo	Colocação indicada
1. Em relação a um só verbo.	a. Em relação ao início do período com pronome átono:	i. Se o critério adotado for de <i>oração</i> , a posição inicial só é aceita em intercalada de citação.	“Querendo parecer originais, <i>nos</i> tornamos ridículos ou extravagantes” (Marquês de Maricá)	Prescrição	Próclise
		ii. Em orações cristalizadas de cunho <i>popular</i> aparece o pronome em início de período.	“ <i>T’esconjuro!</i> ... sai, diabo!...” (Machado de Assis)	Descrição	Próclise
	b. Em relação à ênclise ao verbo flexionado em oração subordinada:	i. Em orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes coloca-se ênclise na segunda oração subordinada.	[sem exemplos]	Descrição	Ênclise
		ii. Quando na oração subordinada se intercalam vocábulos ⁹ ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, coloca-se ênclise.	“Mas a primeira parte se trocou por intervenção do tio Cosme, que, ao ver a criança, <i>disse-lhe</i> entre outros carinhos...” (Machado de Assis)	Prescrição	Ênclise
2. Em relação a uma locução verbal (<i>Verbo Auxiliar + Infinitivo</i>):	a. No infinitivo modificado diretamente por advérbio ou precedido de palavra de sentido negativo, pode-se colocar ênclise.	“Eu não quero falar- <i>lhe</i> ” (Evanildo Bechara)	Descrição	Próclise ou Ênclise	
	b. No infinitivo em orações subordinadas, pode-se colocar ênclise.	“Espero que não queira falar- <i>lhe</i> ” (Evanildo Bechara)	Descrição	Próclise ou Ênclise	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Se nas regras específicas a maioria das questões foi apresentada a partir do que *não se pode* fazer em matéria de colocação pronominal no português, as exceções seguem o sentido oposto: fornecem ao leitor outras possibilidades de estruturação gramatical permitidas pela norma, o que implica num tratamento predominantemente descritivo. Entretanto, ambos os conjuntos de regras,

⁹ Esse termo – *vocábulos* – é utilizado na edição de 1961; na de 1999, consta *palavras*.

específicas e excepcionais, carecem de justificativas, de explicações de alguma natureza relacionadas ao estabelecimento do recorte normativo. Além disso, não são apresentadas as condições co(n)textuais em que tais casos podem acontecer, o que, de certa maneira, lhes imprime alguma arbitrariedade. Se o objetivo da *MGP*, seja a edição de 1961 ou de 1999, é apresentar a norma da língua portuguesa, e essa norma tem exceções de razões não especificadas, com base em que critério(s) os leitores poderão definir quando ou não fazer uso dessas possibilidades?

Por fim, uma terceira e última parte pode ser encontrada nesta subseção, intitulada *Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil*. Ao longo desta, o autor apresenta argumentos que esclarecem algumas especificidades da colocação pronominal no português brasileiro em relação à norma lusitana/clássica. Das duas edições em análise, destacaremos alguns pontos.

No parágrafo inicial da referida parte, temos, em ambas as edições, a seguinte afirmação: “Nos princípios anteriormente comentados, vimos certas *tendências brasileiras* que nem sempre a *Gramática* agasalha como dignas de imitação, *presa que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto*” (BECHARA, 1999, p. 591, grifos nossos). Nesse trecho, esclarece-se ao leitor que as normas amparadas pela entidade abstrata “Gramática” não comportam na íntegra a realidade dos usos do português brasileiro. A afirmação de que a linguística moderna pede uma revisão dessa postura da “Gramática” denota o propósito da *MGP* em ser, além de *arte*, *ciência*.

Em seguida, transcreve-se um “lúcido resumo” de Martinz de Aguiar (1953), importante professor e filólogo cearense¹⁰, em que são apresentadas particularidades da variedade brasileira em relação: (i) à colocação proclítica ao particípio (“Aqueles *haviam se-corrompido*”); (ii) à colocação enclítica aos futuros do presente e do pretérito (“*Poderá se-reduzir, poderia se-reduzir*”); (iii) à anteposição, em frases como “*vamos nos-encontrar*”, em relação à forma verbal

¹⁰ Antônio Martinz de Aguiar e Silva (1893-1974) é considerado o filólogo de maior importância do estado do Ceará, tendo ocupado a Cadeira 19 da *Academia Cearense de Letras (ACL)*, além de ter sido membro *do Instituto do Ceará* e membro correspondente da *Academia de Filologia do Rio de Janeiro*. Estas e outras informações sobre o autor encontram-se disponíveis no site da ACL, através do endereço: <http://www.academiacearensedeletas.org.br/membro.php?mem=156>.

pura, que por sua vez acarretou na forma “*vamo-nos encontrar*”¹¹. No esteio dessa exposição, Bechara afirma, tanto na *MGP-61*, quanto na *MGP-99*: “Pelas mesmas condições variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período” (BECHARA, 1999, p. 591, grifo nosso).

Assim, é a partir das considerações de Martinz de Aguiar (1953) que a *MGP* dá voz à variedade brasileira. Por um lado, esse movimento final realizado pelo autor ratifica ao leitor brasileiro a existência de diferenças entre a sua língua e aquela falada em Portugal, no que tange à colocação dos clíticos. Ressaltamos, por outro lado, o que já anteriormente afirmamos: apesar do discurso em tom emancipador, a colocação pronominal do português proposta pela *MGP* (1961, 1999) coloca as “tendências brasileiras” não em posição central, mas em adendo à normatização lusitana/clássica.

Em suma, ao observarmos a subseção de colocação pronominal como um todo, nas duas edições da *MGP*, fica evidente a dupla posição no fazer gramatical de Bechara em meio ao conflito entre a gramática tradicional e a Linguística: o autor sente a necessidade, por um lado, de expor e manter as considerações e prescrições da tradição; por outro, de apresentar as regularidades e explicações da linguística moderna. Assim, nesse movimento, a *MGP* (1961, 1999) atesta algumas das especificidades do português brasileiro, no esteio das discussões linguísticas, mas proscreeve e prescreve regras a partir da tradição gramatical normativa, concedendo à norma contemporânea do Brasil o lugar de apêndice e privilegiando o português oitocentista, pautado nos literatos e nas diretrizes normativas do passado. Ambas as edições estabelecem, portanto, relações de descontinuidade e continuidade com a tradição gramatical normativa, mas, ao fim e ao cabo, a continuidade prevalece no efetivo estabelecimento das regras tradicionais.

Na próxima seção, seguem as considerações finais do trabalho, as quais sistematizam as principais reflexões obtidas em direção à satisfação dos objetivos especificados.

¹¹ Martinz de Aguiar utiliza o hífen nos exemplos aqui apresentados com a função de demonstrar aos leitores as relações estabelecidas entre o pronome átono e os verbos da variedade do português brasileiro, e esclarece que estes não são marcados, de fato, na escrita.

6 Considerações finais

A despeito dos deslocamentos paradigmáticos nos estudos linguísticos decorridos ao longo do século XX, observamos que a abordagem da colocação pronominal reflete, nas duas edições da *MGP*, prioritariamente, descontinuidades no nível retórico e continuidades no nível analítico em relação ao paradigma normativo. A 1ª edição foi basicamente reproduzida até a 36ª, e, apesar de movimentos de descontinuidade em relação ao período filológico terem sido estabelecidos em determinados aspectos teóricos da 37ª edição – que, por exemplo, passou a considerar a língua e a metalinguagem em interação com o texto e suas demandas –, é clara a manutenção do viés normativo que caracteriza o fazer gramatical brasileiro do período filológico.

Assim, as obras analisadas permanecem sob o crivo do PTG (VIEIRA, 2018), buscando construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas; entendendo a variedade linguística lusitana como superior à brasileira, de menor prestígio; privilegiando a escrita literária pregressa, principalmente oitocentista, em detrimento de outras esferas contemporâneas de uso da língua; tomando a oração como unidade máxima de análise e considerando seu sentido imanente; e utilizando um aparato categorial, conceitual e terminológico comum à *NGB* e à tradição gramatical de modo geral.

Uma grande problemática, cremos, surge no distanciamento entre os lugares do linguista e do gramático: é necessária a construção de espaços de diálogo entre o estudo científico e a abordagem pedagógica da língua e o retorno dado à sociedade. Na sociedade letrada, ainda mais no contexto mundial do século XXI, é de grande importância o estudo e a constituição da “língua geral” da nação, mas sem deixar de fora a heterogeneidade característica da língua real, e sem que sejam esmagadas outras variedades dessa língua. Nesse sentido, os passos dados por Bechara em direção à produção de um instrumento tanto científico quanto normativo chega a ser louvável, apesar de não considerarmos proveitosa a tentativa de conciliação entre essas duas vertentes no tratamento concedido ao fenômeno sintático analisado nas obras investigadas.

Referências

- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 [1998].
- ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009.
- ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da Linguística Brasileira. *Dossiê: Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011 [2008].
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BASTOS, N. Classes gramaticais: um tratamento historiográfico – século XX. *Limite*, Badajoz, Estremadura, n. 6, p. 237-258, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968 [1961]. (com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira)
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1999].
- BECKER, C. L. *The heavenly city of the Eighteenth-Century philosophers*. New Haven: Yale Univ. Press, 1932.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Diário Oficial de 11/05/1959.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALIERE, R. (org.). *Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- COSTA, T. A. A gramática como lugar de materialização de dizeres sobre a língua: o caso do substantivo na 1ª e na 37ª edição da Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 154-191, 2017.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FIORIN, J. L. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 33/34, p. 53-68, 2007/2008.

GUEIROS, L. *Da emergência à legitimação da virada sociodiscursiva na reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa no Brasil (1970-1995): uma narrativa historiográfica*. Recife: Tese de doutorado, 2019.

GURGEL, S. *O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. São Paulo: Dissertação de mestrado, 2008.

HAUY, A. B. *Gramática da Língua Portuguesa Padrão: com comentários e exemplários*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015 [2014].

KOERNER, K. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1989.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia lingüística. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, n. 2, p. 45-70, 1996.

MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Lisboa: Tese de doutorado, 1994.

MARTINZ DE AGUIAR, A. *Notas de português de Filinto e Odorico*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1953.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática dos usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

MOURA NEVES, M. H. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

MULINACCI, R. Moderna gramática portuguesa: habemus grammaticam? In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

MURRAY, S. O. *Theory groups and study of language in North America: a social history: studies in the history of the language sciences*, v. 69. Amsterdã: John Benjamins, 1994.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. Campinas: Tese de doutorado, 2008.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

- OTHERO, G. A.; CARDOZO, R. W. A ordem pronominal em português brasileiro: da ênclise à próclise, do clítico ao tônico (or there and back again, a word order's Holiday). *Fórum linguistic.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1717-1734, 2017.
- PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- PALMA, D. V.; MENDES, M. F. A Moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara: Uma proposta lingüística para o século XXI. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (org.). *História entrelaçada*, 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso elementar*. 59. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944 [1907].
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.
- ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- SALVI, G. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della penisola iberica. *Medioevo Romano*, n. 15, v. 2, p. 255-267, 1990.
- SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.
- SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 155-177.
- SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009.
- SWIGGERS, P. História e historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. *Eutomia*, ano III, v. 2, p. 1-17, 2010.
- SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. *Dossiê: Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.
- SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.



VITRAL, L. *Gramática inteligente do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.